



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Genérica 1ª - SUPEL-COGEN1

TERMO

ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: **90027/2025/SUPEL/RO**

PROCESSO Nº: 0037.005398/2024-39

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material de Construção Civil para utilização em execução direta de serviços comuns de engenharia, para atender as unidades integrantes desta Secretária de Estado, da Segurança, Defesa e Cidadania.

A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL, por meio da Pregoeira e Comissão, nomeados por força das disposições contidas na Portaria nº 117 publicada no DOE de 04 de junho de 2025, em atenção ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **P. H. B. MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI EPP (0064222460)**, passa a analisar e decidir, o que adiante segue.

I – DA ADMISSIBILIDADE

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos (14.133/2021), em homenagem ao princípio da garantia recursal em âmbito administrativo, dispõe no seu artigo 165, que todos os atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que ver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Dito isto, em juízo de admissibilidade, consta-se que foram preenchidos todos os pressupostos de **legitimidade, sucumbência e tempestividade**, conforme comprovam os documentos acostados aos autos. Ademais, tendo sido enviadas as argumentações pelas licitantes em tempo hábil, via sistema Compras.gov, assim, à luz do artigo 165, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021, a Pregoeira recebe e conhece dos recursos, por reunirem as hipóteses legais, intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade, sendo considerados **TEMPESTIVOS** e encaminhados **PELO MEIO ADEQUADO**.

II - DA SÍNTESE DAS RAZÕES RECURSAIS DA RECORRENTE P. H. B. MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI EPP (0064222460):

(...)

4. MOTIVOS

A empresa SOLIMOES LTDA, declara, em seus documentos, que cumpre com a obrigatoriedade legal de reserva de vaga e de cotas para pessoas com deficiência, mas, não comprova tal informação através da certidão junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Por fim, apresenta também, balanço patrimonial com uma série de divergências relacionadas a aumentos sucessivos de capital social.

4.1 BALANÇO COM DIVERGENCIAS

De acordo com o estabelecido no art. 62 da Lei nº 14.133/21, o balanço patrimonial é um documento necessário para a habilitação. Vejamos:

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para

demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira.

“A habilitação econômico-financeira é útil para comprovar a aptidão econômica do licitante para assumir as obrigações decorrentes da futura contratação, devendo ser apurada de forma objetiva, por meio de coeficientes e índices econômicos previstos no edital, os quais devem estar devidamente justificados no processo licitatório”.

Ainda, como sendo o principal documento econômico-financeiro de uma empresa, ele apresenta a situação financeira em um determinado momento, incluindo seus ativos, passivos e patrimônio líquido. Além do Balanço, outros documentos importantes são a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), que mostra o desempenho financeiro da empresa ao longo de um período, e a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), que detalha as entradas e saídas de dinheiro.

Vea-se o que estabelece a Lei 14.133/2021 referente a habilitação econômico-financeira:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá

estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitam-se ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Desta forma, considerando os anexos do Balanço, a empresa apresenta inconsistências nos sucessivos aumentos de capital social, omitindo a real situação financeira, além de ter apresentado CNPJ indevidamente como ME, já que, como demonstrado no DRE de 2023, as receitas auferidas pela empresa ultrapassam os 360.000,00 anuais, devendo esta ser reequadrada como EPP na JUCER e na RECEITA FEDERAL desde 2023.

Essas informações caracterizam-se como uma possível simulação da integralização em moeda corrente para obter vantagens na licitação.

4.1.1 Inconsistências na demonstração da atual situação financeira

De acordo com o item 12.3.2 a respeito da Qualificação Econômica Financeira, é solicitado a apresentação do BALANÇO PATRIMONIAL com demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

Após análise dos documentos da licitante, observa-se a apresentação de várias alterações do contrato social, com aumentos gradativos do capital social a integralizar e informações não constam no balanço patrimonial. Essa ausência de informações faz com que o coeficiente que retrataria a real condição financeira da empresa padeça de transparência, credibilidade e idoneidade.

A simulação de aumento de capital social para fins de licitação é uma **conduta extremamente grave e acarreta uma série de implicações legais e contábeis para a empresa**. Diante disso, analisemos o Histórico dos Aumentos de Capital Social da SOLIMOES LTDA:

(IMAGEM)

(IMAGEM)

Vejam as alterações destacadas a seguir, registradas na Junta Comercial do Estado de Rondônia (JUCER/RO).

1. Constituição (05/04/2022): A empresa C S J SERVICOS DE LIMPEZAS LTDA foi constituída com um capital social de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente.

2. 2ª Alteração Contratual (30/05/2023): O capital social foi alterado de R\$ 45.000,00 para R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com a declaração de que o valor foi "totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país". a. documento inteiro teor ROC2500133503.pdf, 2ª Alteração do Contrato Social, Cláusula Primeira

"CAPITAL SOCIAL: Neste ato altera o capital social que era de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais). Passando para R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais). totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país."

3. 3ª Alteração Contratual (05/10/2023): O capital social foi elevado de R\$ 300.000,00 para R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), também com a declaração de integralização em moeda corrente. Nesta mesma alteração, a denominação social mudou para SOLIMOES LTDA. a. documento inteiro teor ROC2500133503.pdf, Terceira Alteração Contratual, Cláusula Segunda

"o capital social totalmente integralizado em moeda corrente do país, que é no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), fica elevado para 500.000,00 (quinhentos mil reais)... sendo um aumento de 200.000,00 (duzentos mil reais) integralizado neste em moeda corrente do país"

4. 4ª Alteração Contratual (24/11/2023): O capital social subiu de R\$ 500.000,00 para R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), com a mesma declaração de integralização em moeda corrente. a. documento inteiro teor ROC2500133503.pdf, Quarta Alteração Contratual, Cláusula Primeira

"O capital social totalmente integralizado em moeda corrente do país, que é no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), fica elevado para 800.000,00 (oitocentos mil reais)... sendo um aumento de 300.000,00 (trezentos mil reais) integralizado neste em moeda corrente do país"

5. 6ª Alteração Contratual (11/04/2025): O capital social foi novamente aumentado de R\$ 800.000,00 para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), com a declaração de integralização em moeda corrente. a. documento inteiro teor ROC2500133503.pdf, Sexta Alteração Contratual,

Cláusula Primeira

"O capital social totalmente integralizado em moeda corrente do país, que é no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), fica elevado para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). sendo um aumento de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) integralizado neste em moeda corrente do país"

Em todas essas alterações, observa-se um aumento de capital, mas não se observa a integralização de fato. Há, portanto, uma possível simulação de aumento de capital social, caracterizando-se como fraude a licitação.

das infrações e SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

9.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

O Art. 155, inciso VIII, é cristalino ao tipificar como infração administrativa a conduta de "apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato".

Diante disto, cabe a administração e seus setores, realizar diligências a respeito dos documentos anexados pela SOLIMÕES LTDA, comprovando os fatos e julgando a proposta da empresa como descumprimento do edital e encaminhado para as aplicações conforme edital.

Ainda, em conjunto a possível falsidade de documentos, há a apresentação de declaração se identificando como ME. Entretanto, a empresa não se enquadra nesse porte. Desta forma, a apresentação de tais documentos podem ser enquadradas como "atos lesivos" à Administração Pública, nos termos do "Art. 5º, inciso IV, alínea "d)", que prevê a "fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente".

Além disso, a omissão de informações financeiras relevantes pode ser interpretada como uma tentativa de "dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos" (Art. 5º, inciso V)

Desta forma, sugere-se a INABILITAÇÃO e a abertura de processo punitivo a respeito da possível apresentação de documentos falsos.

4.1.2 Ausência de informações sobre existência de funcionários

Cumprir destacar que ao realizar a análise da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, verifica-se a existência de menção a valores a título de salários, remunerações e FGTS, sugerindo que a empresa possui empregados.

Contudo, não há registros de valores pagos ou a pagar relacionados ao INSS descontado dos trabalhadores, o que causa estranheza, pois a empresa não era optante do Simples Nacional nos meses de Novembro e Dezembro do Exercício de 2023, conforme informação disponibilizada pela Receita Federal (em anexo), senão vejamos:

(IMAGEM)

Ocorre que a ausência de tais informações sobre o pagamento dos tributos distorce a demonstração do resultado e a posição patrimonial da empresa durante o exercício de 2023. Veja-se:

(IMAGEM)

De pronto, observa-se uma série de "inconsistências" que indicam ter sido omitidas com o propósito de macular os dados contábeis e passar a falsa impressão de boa situação financeira, razão pela qual a inabilitação é medida impositiva.

5. EDITAL E TERMO DE REFERENCIA

O Termo de Referência (TR) é parte integrante do edital de licitação. Ele contém informações cruciais sobre o objeto da contratação, especificações técnicas, condições de execução e outros elementos essenciais, que servem como base para a elaboração do edital e vinculam todo o processo licitatório.

Portanto, não pode ser considerado apenas alguns trechos da lei, mas todos os critérios para exigência documental. Se a qualificação dos proponentes será realizada de acordo com o estabelecido no art. 62 da Lei nº 14.133/21, todos os critérios do artigo 62 da lei devem ser respeitados e cumpridos, tanto pela administração como pelas empresas participantes do processo.

Diante disso, as empresas deixaram de descumprir diversas cláusulas do edital e termo de referência, além dos critérios do art. 62 da Lei nº 14.133/21.

6. DO DEVER DE DILIGÊNCIA DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

O agente de contratação desempenha uma função primordial no âmbito do procedimento licitatório, sendo responsável por conduzir a sessão de concorrência pública, zelando pela lisura, transparência e eficiência do certame.

Nesse contexto, é inegável que o pregoeiro possui o dever de diligenciar, o que significa que ele deve agir com diligência, cautela e prudência ao conduzir o processo de seleção da melhor proposta para a Administração Pública.

O dever de diligenciar implica na atuação atenta e cuidadosa do pregoeiro ao longo de toda a sessão de pregão.

(...)

Ocorre que, não houve, durante a condução do certame, qualquer diligência por parte do Pregoeiro junto à **RECORRIDA** para fins de elucidação sobre os graves e evidentes indícios de irregularidades no balanço patrimonial.

Nesse sentido, podemos observar o posicionamento sedimentar do Tribunal de Contas da União acerca da necessidade de diligência pelo pregoeiro. Vejamos:

Acórdão 830/2018 – Plenário | ANDRÉ DE CARVALHO A diligência também é muito usada para sanear dúvidas em relação às informações dos atestados de capacidade técnica, especialmente porque são documentos produzidos por terceiros, os quais muitas vezes já possuem um padrão de texto para emissão desses documentos. Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993)

Depreender-se do entendimento pacificado do Tribunal de Contas da União é dever do pregoeiro diligenciar em casos como este.

Outrossim, a **RECORRENTE** já destacou o posicionamento do TCE/RO em caso semelhante destacando que a conduta omissiva pode gerar a penalização dos agentes públicos envolvidos e a declaração de inidoneidade da licitante envolvida.

Por essas razões, depreende-se como primordial a realização de diligências e apuração do cenário ora debatido no presente recurso.

7. DOS PEDIDOS

Diante do que foi apresentado de forma concisa, solicita-se o seguinte:

- a. O recebimento do presente recurso, em seu efeito suspensivo.
- b. A desclassificação da empresa SOLIMOES LTDA.
- c. A condução de uma diligência com o propósito de elucidar e comprovar o aporte financeiro realizado, e caso confirmado a irregularidade a instauração de processo punitivo decorrente de ato irregular previsto no Art. 155, IX e X, da Lei n. 14.133/21 e Art. 5º, IV, “d” da Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/13);
- d. Não alterando a decisão, requer o imediato encaminhamento à Autoridade Superior, para deliberação; e
- e. Em caso de manutenção da decisão, requer-se, em face do princípio da motivação, a fundamentação jurídica para o aceite dos documentos de habilitação objeto do presente recurso.

Nestes termos,

pede e espera o deferimento.

III - DAS CONTRARRAZÕES DA RECORRIDA SOLIMÕES LTDA (0064410976)

(...)

3. DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA EMPRESA P. H. B. MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.

3.1. DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Antes de adentrar ao mérito da questão, é mister abordar a aplicação do princípio da vinculação ao edital.

É de notoriedade comum que, dentre os princípios das licitações, o da vinculação da administração ao edital, é regente do certame licitatório, sendo um princípio consagrado no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, Vejamos:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de

1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (Destacamos).

Este postulado preconiza que o edital possui força normativa entre as partes, sendo imperativo que todos os participantes se submetam às disposições ali consignadas, configurando-se como um dos alicerces fundamentais em qualquer procedimento licitatório.

Ademais, a Lei nº 14.133/2021 antevê, de forma obrigatória, que o Edital estipule as condições para habilitação na licitação, vejamos o disposto no artigo abaixo reproduzido:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação, e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Conforme já sabido, à Administração Pública em sua atuação nas licitações, entre outros deveres, impõe-se especificar os requisitos a serem atendidos por licitantes que pretendem contratar com o Poder Público.

(...)

Como dito anteriormente, o princípio da vinculação ao edital restringe a Administração Pública às regras editalícias, sendo que, no caso em tela, a medida cabível é manutenção da decisão que habilitou a empresa SOLIMOES LTDA, face ao atendimento de todas as exigências dispostas no edital e seus anexos, conforme será aqui demonstrado.

Feito esta importante análise sobre o princípio da vinculação ao Instrumento Convocatório, passemos então à análise do caso concreto.

3.2. DA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA SOLIMÕES LTDA NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90027/2025 – COMPROVAÇÃO REGULAR DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – ATENDIMENTO AO ITEM 12.14.1., QUE TRATA DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – EMPRESA QUE SE ENQUADRA COMO ME/EPP – OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Inicialmente, a empresa recorrente alegou supostos descumprimentos quanto à qualificação econômico-financeira da empresa SOLIMOES LTDA, o que não merece prosperar.

O Edital de Pregão Eletrônico nº 90027/2025, em seu item 12.14.1., apresenta de forma clara e objetiva os documentos exigidos para a comprovação da qualificação econômico-financeiras das licitantes, delimitando o escopo da análise e os parâmetros que devem ser seguidos pela Administração Pública para aferir a aludida qualificação.

(...)

Não obstante a isso, ressalte-se que os documentos contábeis apresentados pela empresa SOLIMOES LTDA foram produzidos, assinados e registrados nos órgãos competentes, os quais avaliaram todos os registros de aumento de capital social que foram realizados pela empresa recorrida, possuindo veracidade e legitimidade em suas informações.

A recorrente apenas faz ilações quanto as informações do balanço patrimonial da empresa vencedora, sem, contudo, apresentar qualquer documento técnico ou laudo pericial para comprovar suas alegações.

A ausência de comprovação do alegado invalida a pretensão recursal, tornando-a meramente especulativa, protelatória e sem força para desconstituir os elementos de prova válidos já juntados pela empresa.

A documentação fiscal e contábil apresentada pela empresa não possui qualquer inconsistência ou irregularidade que possa comprometer sua autenticidade ou veracidade.

A empresa SOLIMÕES LTDA possui escrituração contábil regular, elaborada por profissional habilitado, com registros arquivados na Junta Comercial, em total conformidade com os arts. 1.179 e seguintes do Código Civil e com as normas da Resolução CFC nº 1.330/11.

Ademais, a empresa demonstrou estar em plena atividade, com estrutura operacional compatível com os objetos licitados e com histórico de prestação de serviços ou fornecimento de bens ao setor público e privado.

Esse histórico reforça a seriedade com que a licitante conduz seus compromissos contratuais, denotando responsabilidade, experiência e conformidade com a legislação vigente. Trata-se, portanto, de uma empresa idônea e qualificada.

Eventuais alegações de ausência de comprovação quanto à integralização de capital social ou qualquer outro requisito técnico ou jurídico devem ser analisadas com cautela e à luz da realidade dos documentos acostados aos autos.

(...)

Ademais, a empresa ora recorrida encontra-se regularmente enquadrada como ME/EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, usufruindo, portanto, de todos os direitos e

prerrogativas decorrentes desse regime jurídico diferenciado.

Tal enquadramento foi devidamente registrado na Junta Comercial e está em plena conformidade com os critérios legais estabelecidos, especialmente no que diz respeito ao limite de receita bruta anual previsto no art. 3º da mencionada Lei.

No que tange às alegações da empresa recorrente acerca do seu enquadramento perante a Junta Comercial do Estado (JUCER) e a Receita Federal do Brasil (RFB), cumpre esclarecer que a empresa SOLIMÕES LTDA não detém competência autônoma para promover, de forma unilateral, alterações em seu regime jurídico nessas instâncias.

As informações cadastrais e de enquadramento legal da pessoa jurídica são registradas e controladas por tais órgãos públicos, sendo de sua exclusiva atribuição a atualização, validação e publicidade desses dados, em estrita observância à legislação vigente.

Ressalte-se, ainda, que os sistemas da JUCER e da RFB são alimentados a partir de atos oficiais e registros documentais cuja veracidade e regularidade são objeto de controle administrativo.

Dessa forma, eventuais divergências ou desatualizações devem ser tratadas no âmbito próprio, não podendo ser imputadas à empresa como ato deliberado ou irregular.

No que tange à veracidade das declarações prestadas, a empresa atuou de boa-fé, apresentando documentos verídicos e compatíveis com sua real condição jurídica e fiscal.

Em nenhum momento houve omissão dolosa de informações ou apresentação de dados inverídicos com o intuito de obter vantagem indevida em processos licitatórios.

As informações constantes nos documentos entregues refletem a realidade fática e contábil da empresa, elaborada por profissionais reconhecidos perante os Conselhos profissionais competentes.

Dessa forma, não há que se falar em fraude à licitação, vez que não se configuram os elementos essenciais para sua caracterização, quais sejam: a prática dolosa, o intuito de obter vantagem indevida e o prejuízo à competitividade ou à lisura do certame.

A participação da empresa no processo licitatório observou estritamente os princípios que regem a Administração Pública, conforme disposto no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.

Diante de todo o exposto, conclui-se que a empresa SOLIMÕES LTDA comprovou de forma plena, objetiva e tempestiva sua qualificação econômico-financeira, nos termos estritos do edital e da legislação aplicável. Não subsiste, portanto, qualquer razão jurídica ou técnica para a sua inabilitação no certame.

3.3. DA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA SOLIMÕES LTDA NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025 – PAGAMENTOS A TÍTULO DE INSS DOS EMPREGADOS REALIZADOS.

Não obstante, a empresa P.H.B. insiste em tentativa infundada de induzir a Sra. Pregoeira a erro.

A recorrente quer fazer crer que a empresa SOLIMÕES LTDA não teria realizado pagamentos de INSS de seus colaboradores, fato que não guarda relação com a verdade, como será demonstrado.

O Balanço Patrimonial é aquele documento responsável por indicar informações como ativo, passivo, dentre outros indicadores fiscais da empresa.

Já a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é o documento responsável por informar as despesas e pagamentos.

Ocorre que, o valor pago a título de tributos constam na DRE nas contas nomeadas de Pagamento de Pro Labore, Pagamento de FGTS, Pagamento de Simples Nacional, etc.

Nessas contas estão inclusos os pagamentos realizados a título de INSS dos colaboradores da empresa SOLIMÕES LTDA no exercício de 2023, além de outros tributos.

No entanto, importante esclarecer que não há débitos fiscais e tributários em aberto no nome da empresa SOLIMÕES LTDA.

Isso demonstra que não há qualquer problema com as informações contidas nos documentos apresentados pela empresa SOLIMÕES LTDA quanto ao seu balanço patrimonial.

Assim, comprovada está a tentativa infundada da empresa recorrente de induzir a erro a Sra. Pregoeira quanto a veracidade nas informações trazidas nos documentos da empresa recorrida.

Logo, pelo cumprimento de todas as regras estabelecidas pelo edital para a qualificação econômico-financeira da empresa SOLIMÕES LTDA, a decisão da Sra. Pregoeira em habilitar a referida licitante deve ser mantida, por estar correta.

3.4. DA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA SOLIMÕES LTDA NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 543/2024 – EMPRESA LICITANTE QUE ESTÁ DESOBRIGADA NA CONTRATAÇÃO DE PCD'S E REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.

Em suas razões recursais, a licitante P.H.B. MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI EPP tenta desqualificar a empresa SOLIMÕES LTDA, alegando suposto descumprimento da obrigatoriedade legal de reserva de cargos para pessoas com deficiência (PCDs) ou reabilitados da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

Tal alegação, contudo, não merece prosperar, conforme se demonstra a seguir.

A empresa SOLIMÕES LTDA encontra-se desobrigada do cumprimento da referida cota legal, vez que não possui 100 (cem) ou mais empregados, condição necessária para a incidência da obrigação legal prevista na legislação de regência.

O caput do artigo 93 da referida lei é categórico ao estabelecer que a cota somente se aplica a empresas que possuam no mínimo 100 empregados, senão vejamos:

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: (Destacamos).

Nesse contexto, não se pode exigir da empresa SOLIMÕES LTDA o cumprimento de obrigação legal que lhe é inexigível em razão de seu porte e de seu quadro funcional atual, sob pena de afronta ao princípio da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.

(...)

Se o edital não exigiu, de forma expressa, como critério de habilitação, a comprovação do cumprimento da cota de PcD's e reabilitados da Previdência Social para empresas não alcançadas pela obrigação legal, não se pode admitir a ampliação interpretativa para desclassificar empresa que atendeu fielmente aos requisitos editalícios.

Ademais, exigir a aludida comprovação para empresas que estão desobrigadas ao cumprimento, seria ilegal.

Nesse sentido, cumpre analisar Certidão emitida em 11 de setembro de 2025, através do site oficial² do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, em relação ao preenchimento das cotas da SOLIMÕES LTDA:

(IMAGEM)

Além disso, quanto à cota de aprendizes, a empresa está igualmente desobrigada, conforme dispõe o art. 56, inciso I, do Decreto nº 9.579/2018, com redação atualizada pelo Decreto nº 11.061/2022, que dispensa microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) da obrigação de contratação de aprendizes, nos termos do art. 51, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006:

Art. 56. Ficam dispensadas da contratação de aprendizes:

I - as microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 51 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

Assim, impõe-se o indeferimento do recurso apresentado pela licitante P.H.B. MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI EPP, com a consequente manutenção da habilitação da empresa SOLIMÕES LTDA no certame.

4. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Diante de todo o exposto e dos sólidos elementos legais, requer-se a Vossa Senhoria:

(a) O desprovisionamento do Recurso Administrativo interposto pela licitante P.H.B. MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI EPP, na licitação do Pregão Eletrônico nº 27/2025 lançado pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL do Governo do Estado de Rondônia, mantendo a habilitação e a classificação da proposta da empresa SOLIMÕES LTDA, pelas razões de defesa, princípios norteadores da licitação e da Legislação vigente, nos termos da fundamentação;

Pede deferimento,

IV – DO MÉRITO E JULGAMENTO DO RECURSO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa P. H. B. MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI - EPP pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 26.915.509/000158, ora recorrente, contra a habilitação da empresa SOLIMÕES LTDA pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 45.919.060/0001-40, ora recorrida, para os itens 01, 02, 06, 08 e 09, deste Pregão 90027/202.

Alega a recorrente, em síntese, que a habilitação da recorrida se deu de forma irregular porque contrariou disposições do próprio Instrumento Regedor do Certame. Aponta que às referidas irregularidades residem na qualificação econômico-financeira.

Para balizar seu argumento, afirma que a recorrida realizou sucessivos aumentos de capital

social, sem comprovação de integralização efetiva em moeda corrente, indicando indícios de simulação para obter de vantagens no certame, configurando possível fraude à licitação.

No mesmo norte, sustenta que a recorrida se declarou como ME (Microempresa), mas com faturamento superior ao limite legal (R\$ 360 mil/ano), devendo ser enquadrada como EPP. Alegando ainda que apresentação de documentação incompatível com o porte configuraria ato lesivo à Administração.

O inconformismo da recorrente recai ainda contra a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE referente ao exercício de 2023, alegando inconsistências Trabalhistas e Tributárias, destacando as despesas com salários e FGTS, que não houve comprovação de recolhimento de INSS. Afirmando que essa omissão distorce a real situação financeira da empresa.

Acrescenta ainda que o a empresa declarou cumprir as exigências legais de reserva de vagas para pessoas com deficiência, mas não apresentou certidão comprobatória do MTE.

Por fim, requer que seja revista a decisão que habilitou a empresa SOLIMÕES LTDA para os itens 01, 02, 06, 08 e 09.

Pois bem!

Inicialmente, cumpre destacar que o edital do certame estabeleceu, para fins de habilitação econômico-financeira, a obrigatoriedade de apresentação, pelos licitantes, dos balanços patrimoniais e demonstrações financeiras referentes aos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou, no caso de empresas constituídas há menos de 1 (um) ano, do Balanço de Abertura. Determinou-se, ainda, que tais documentos deveriam estar devidamente autenticados ou registrados no órgão competente, comprovando patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do item ou lote para o qual o licitante concorresse.

A empresa SOLIMÕES apresentou os documentos contábeis requeridos, que comprovaram patrimônio líquido, no exercício de 2023, no valor de R\$ 342.152,30 (trezentos e quarenta e dois mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta centavos) e, no exercício de 2024, no valor de R\$ 2.061.089,60 (dois milhões, sessenta e um mil, oitenta e nove reais e sessenta centavos), ambos em montante superior ao mínimo exigido no edital.

Em análise aos documentos apresentados pela empresa SOLIMOES LTDA, verifica-se que houve a juntada da sexta alteração contratual (0063792040, pág. 10-16), datado de 04 de abril de 2025, em que houve o aumento do capital social, que antes era de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) e passou para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), que notadamente será evidenciada apenas no balanço patrimonial de 2025, o qual deverá ser entregue no exercício seguinte, ou seja, em 2026.

Em análise preliminar aos documentos de habilitação apresentados pela empresa recorrida, esta Pregoeira verificou o registro de dois balanços referentes ao exercício de 2023: o primeiro, registrado em 08/05/2024, e o segundo, registrado em 12/12/2024. Constatou-se que, neste último, o capital social foi alterado de R\$ 45.000,00 para R\$ 800.000,00, sem que houvesse qualquer nota explicativa que justificasse tal modificação.

Diante disso, esta Pregoeira, em sede de diligência, solicitou a apresentação da respectiva alteração contratual que formalizou a modificação do capital social, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado, conforme consta no Relatório de Diligência (0064847994).

Em resposta, a empresa encaminhou a quarta alteração contratual, registrada em 20/11/2023, na qual consta a modificação do capital social para o montante de R\$ 800.000,00. Tal alteração gerou a necessidade de retificação das demonstrações contábeis do exercício de 2023, visto que o primeiro balanço, registrado em 08/05/2024, ainda não contemplava o valor atualizado do capital social. Em razão disso, a empresa procedeu ao registro de um segundo balanço, em 12/12/2024, já refletindo o capital social devidamente alterado.

A autenticidade do documento (quarta alteração contratual) foi confirmada por meio de consulta ao portal oficial Empresa Fácil/RO, sendo anexado, por esta Pregoeira, o respectivo comprovante ao sistema Compras.gov, o que atesta a regularidade do documento apresentado.

Em reanálise, após o recurso administrativo interposto, constatou-se que, na 2ª Alteração Contratual, registrada em 30/05/2023, consta na cláusula primeira a fixação do capital social em R\$

300.000,00 (trezentos mil reais), declarado como totalmente integralizado, em moeda corrente nacional, naquela data. Contudo, no livro diário encaminhado com os documentos de habilitação (ID 0063792040, págs. 38 a 41), não há registro do referido aporte de capital. Verifica-se apenas a implementação do capital social inicial, em 01/01/2023, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), identificado como “*implementação de saldo*” (ID 0063792040, pág. 40).

Adicionalmente, observa-se outro ponto de inconsistência: no balanço referente ao exercício de 2023, registrado na Junta Comercial do Estado, o capital social é indicado como “capital subscrito”. Ressalta-se que o capital subscrito corresponde ao valor que os sócios ou acionistas se comprometem a investir na empresa, representando uma promessa de aporte, enquanto o capital integralizado é o montante efetivamente pago e realizado pelos sócios ou acionistas. Assim, verifica-se divergência entre a 2ª Alteração Contratual, o balanço de 2023 e o livro diário.

Não obstante essas inconsistências formais, cabe destacar o princípio da “essência sobre a forma”, amplamente reconhecido na contabilidade, reforça que os fatos econômicos e financeiros prevalecem sobre meras formalidades documentais.

Tais fatos indicam que possivelmente houve um erro no registro contábil, haja vista que, conforme estabelecido na Norma e Procedimento de Contabilidade (NPC) n. 27, as entidades devem elaborar suas demonstrações contábeis em conformidade com o regime de competência.

De acordo com o artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil, a responsabilidade de demonstrar os fatos constitutivos recai sobre a parte Representante. No caso, não foram apresentados elementos concretos que comprovassem as alegações de fraude contábil, havendo apenas conjecturas baseadas em registros sucessivos de capital social no registro das informações contábeis.

Adicionalmente, resalto que a análise da veracidade do aumento de capital social ultrapassa a competência desta Pregoeira, sendo esta, uma atribuição de auditores e contadores especializados. A função do pregoeiro limita-se à análise formal e à verificação da documentação apresentada durante o processo de licitação, sem extrapolar as exigências legais, garantindo que esteja em conformidade com as leis e regulamentos.

A alegação formulada pela recorrente baseia-se em alegação de fraude contábil relacionada ao aumento de capital social da empresa vencedora do certame, sustentada unicamente o aumento sucessivos do capital social. Todavia, conforme mencionado alhures, tais conjecturas não configuram elementos probatórios suficientes para sustentar a existência de fraude ou má-fé por parte da empresa.

Assim, seria necessário que a recorrente apresentasse provas concretas e materiais que corroborassem a suposta fraude contábil. No entanto, a alegação limitou-se a apontar alterações sucessivas.

Nesse sentido, a verificação da materialidade e autenticidade do aumento de capital social extrapola os limites de competência desta Pregoeira, sendo essa atribuição reservada a órgãos fiscalizadores dotados de poder investigativo. Assim, a análise realizada neste momento deve ater-se estritamente à documentação exigida no edital e a regularidade formal dos atos administrativos.

Ademais, os documentos contábeis referente ao exercício de 2023, apresentados pela empresa encontram-se devidamente registrados na Junta Comercial, conforme autenticidade confirmada no portal da JUCER, o que gera uma presunção de validade desses registros. A ausência de comprovação cabal de que o aporte de capital foi irregular ou fictício impossibilita a imputação de responsabilidade por esta Pregoeira.

Ainda que se reconheça a relevância da fiscalização sobre a capacidade econômico-financeira dos licitantes, a administração pública não pode simplesmente desconsiderar documentos formalmente válidos sem provas concretas que afastem sua presunção de veracidade.

Posto isso, a investigação de possíveis fraudes contábeis, por sua natureza, demanda instrumentos e competências específicas, cabendo essa atribuição aos órgãos fiscalizadores dotados de poder investigativo.

Por fim, o Princípio da Presunção de Boa-Fé, aplicável à Administração Pública e a seus administrados, reforça que a simples existência de um erro formal não pode ser automaticamente interpretada como dolo ou má-fé. A ausência de elementos concretos que demonstrem a intenção

fraudulenta impede que se atribua à empresa vencedora qualquer conduta irregular com base apenas em conjecturas.

No que se refere à classificação como Microempresa (ME), a Lei Complementar 123/2006 foi criada com o intuito de estabelecer regras de tratamento diferenciado e favorecer **micro e pequenas empresas**, em atendimento ao disposto nos arts. 170, inciso IX, e 179 da Constituição da República de 1988, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico. No Art. 47 dessa Lei Complementar há autorização expressa para a concessão de privilégios às **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** nas contratações administrativas. No âmbito da Administração Pública Estadual, o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas contratações de bens, serviços e obras foi regulamentado pelo Decreto nº 21.675/2017.

Para tanto, a Lei Complementar nº 123/2006, em seu Art. 3º, §9º e §9-A, explicita a condição de ser ou não enquadrada como microempresa e empresa de pequeno porte, in verbis:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

(...)

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

(...)

§ 9º A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso II do caput deste artigo fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12.

§ 9º A. Os efeitos da exclusão prevista no § 9º dar-se-ão no ano-calendário subsequente se o excesso verificado em relação à receita bruta não for superior a 20% (vinte por cento) do limite referido no inciso II do caput.

Perante à Administração Pública, a qualificação como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte é feita mediante declaração da Junta Comercial do Estado onde é sediada a empresa, que a expede com base em informação da empresa interessada, que requer à respectiva Junta, o arquivamento da "Declaração de Enquadramento de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte". Da mesma forma, cessadas as condições que permitiam o enquadramento como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a empresa deverá fazer a "Declaração de Desenquadramento". Essas ações competem exclusivamente às empresas interessadas em auferir os benefícios da LC 123/2006 e cuja operacionalização foi estabelecida pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), Instrução Normativa DNRC 103/2007. Portanto, trata-se de "ato declaratório", de iniciativa de quem pretenda usufruir dos benefícios concedidos às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. A Declaração, conforme expressamente previsto no IN/DNRC 103/2007, é feita "sob as penas da Lei", sujeitando os infratores às cominações legalmente estabelecidas.

Ressalte-se que as prerrogativas instituídas pela Lei Complementar nº 123/2006 têm como finalidade criar oportunidades de participação no mercado para empreendedores em fase de consolidação, estimulando o desenvolvimento econômico e promovendo a inserção de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) nas contratações públicas. Importa destacar que a legislação **não estabelece distinção entre ME e EPP** quanto aos benefícios assegurados, de modo que ambos os enquadramentos fazem jus ao mesmo tratamento favorecido.

Com a entrada em vigor das alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014, passou a ser obrigatória, para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a realização de licitações destinadas exclusivamente à participação de MEs e EPPs nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00, conforme dispõe o art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006.

Destaca-se que a licitação aqui tratada o valor individual de cada lote ultrapassa o valor determinado em lei. Portanto, não é restrita às empresas beneficiadas pela lei supracitada.

Para que licitantes possam se utilizar dos benefícios concedidos para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), especialmente no procedimento do pregão eletrônico, deverão declarar que atendem ao cumprimento dos requisitos legais para a sua qualificação, sob as penas da lei. E a mera declaração torna a empresa (licitante) apta a usufruir do tratamento favorecido descrito na norma. Do mesmo modo, que é da licitante a responsabilidade por solicitar o seu desenquadramento de EPP e ME, na Junta Comercial, no momento em que houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º, da Lei Complementar n. 123, de 2006.

Das limitações quanto à receita bruta para fins de enquadramento como microempresa (ME), a sociedade empresária não poderá auferir de receita bruta mais que R\$ 360.000,00 no ano-calendário, já no caso das empresas de pequeno porte (EPP), a receita bruta não poderá ultrapassar o montante de R\$ 4.800.000,00 no ano-calendário. Perceba um aspecto relevante, a legislação aqui referida trata sobre receita BRUTA. Outro aspecto importante para fixarmos é que, de forma bem simples, o ano-calendário é o período de 12 (doze) meses (1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano) em que foram registrados os rendimentos e despesas do contribuinte.

No caso em análise, embora conste no cartão CNPJ como Microempresa (ME), verifica-se, a partir do DRE de 2023, que suas receitas brutas anuais superam o limite de R\$ 360.000,00, o que impõe o seu correto enquadramento como **Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

Todavia, é importante destacar que **não se extrai qualquer prejuízo ao certame** dessa circunstância. Isso porque a própria Lei Complementar nº 123/2006, em seus arts. 42 a 49, estabelece tratamento favorecido de forma **idêntica** para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, não havendo distinção entre ambas quanto aos benefícios licitatórios previstos na legislação.

Além disso, registra-se que a presente contratação aplica-se a **AMPLA PARTICIPAÇÃO sem a reserva de cota no total de até 25% às empresas ME/EPP**, o que significa que a licitação é aberta a todos os tipos de empresas, sem restrições ou reservas de mercado exclusivas para nenhum grupo. Em termos concretos, a licitação permite que qualquer empresa, independente do seu porte, possa participar e competir em igualdade e condições normais.

Apesar de não haver, no presente certame, previsão de **exclusividade de participação** ou **reserva de cota** para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP, nada impede que tais empresas participem livremente da licitação em igualdade de condições com as demais licitantes. Todavia, importante destacar que o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 não pode ser invocado de forma automática, uma vez que tais benefícios somente se aplicam quando expressamente previstos no edital, seja por meio da exclusividade, seja pela reserva de cota.

Dessa forma, a condição de ME ou EPP não influenciou a habilitação nem o resultado da licitação, tampouco gerou qualquer tratamento privilegiado à empresa vencedora.

Portanto, mesmo que se reconheça a necessidade de reenquadramento formal da empresa como EPP perante a JUCER e a Receita Federal, **não há que se falar em vantagem ilícita ou em prejuízo à Administração ou aos demais licitantes**, pois os benefícios da LC 123/2006 são aplicáveis tanto a ME quanto a EPP e, no caso concreto, sequer foram utilizados em razão da forma ampla da disputa.

Sendo assim, salvo melhor juízo, a alegação da recorrente não merece prosperar, uma vez que eventuais equívocos de interpretação de legislação complexa por parte da empresa não configuram, por si sós, irregularidade suficiente para afastar a habilitação da recorrida. Nesse contexto, a Administração Pública deve pautar sua atuação pelos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, evitando decisões excessivamente gravosas quando inexistente prejuízo ao caráter competitivo do certame ou afronta direta às normas legais.

Quanto à suposta ausência de informações sobre empregados a recorrente alega omissão de registros de INSS na DRE de 2023, a existência de inconsistências nos documentos de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa **SOLIMÕES LTDA**, em especial quanto à ausência de registros de valores de INSS descontado dos trabalhadores na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do exercício de 2023.

A recorrente argumenta que a DRE faz menção a salários, remunerações e FGTS, sugerindo a existência de empregados, mas não apresenta, de forma específica, valores referentes ao INSS, o que configuraria omissão destinada a mascarar a real situação financeira da empresa.

Cumprir destacar que a atuação da Pregoeira deve restringir-se à verificação do cumprimento dos requisitos editalícios, sem adentrar em análise pericial de natureza contábil ou fiscal, a qual compete a órgãos de fiscalização próprios.

No caso em exame, consta nos autos a apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados (DRE) devidamente assinados e em conformidade com o edital;

A recorrente não trouxe prova inequívoca de irregularidade material, tendo juntado inclusive documento referente ao exercício de 2022, não pertinente ao exercício exigido pelo edital (2023);

A empresa recorrida em suas contrarrazões declarou inexistirem débitos tributários em aberto, circunstância que afasta a alegação de inabilitação.

A verificação tributária e fiscal, por sua natureza, escapa da análise do pregoeiro, sendo atribuição de órgãos competentes.

No tocante à alegação de descumprimento da cota legal para contratação de pessoas com deficiência, a recorrida demonstrou, em suas contrarrazões, mediante certidão expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), estar desobrigada do cumprimento de tal exigência, afastando, assim, a inconsistência apontada.

Tal condição foi igualmente confirmada por esta Pregoeira, por meio de diligência realizada e consubstanciada na Certidão MTE (0064904239) emitida no site do [Ministério do Trabalho e Emprego](#).

Além disso, conforme bem destacado pela recorrida em suas contrarrazões, não há qualquer exigência no Instrumento Convocatório que imponha a apresentação da referida certidão. O item 12.17, alínea “a”, do edital, exige apenas a declaração de cumprimento das exigências relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, o que foi devidamente atendido pela empresa no sistema Compras.gov e apresentou ainda a declaração entre os documentos de habilitação (pág. 172 – ID 0063792040), reforçando sua regularidade.

O edital, portanto, não condicionava a habilitação à juntada da certidão expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), uma vez que exige apenas a declaração de cumprimento das exigências relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social.

Diante do exposto, quanto a alegação de não apresentação de certidão comprobatória do MTE, **não merecem prosperar** as alegações da recorrente.

Sustenta ainda a recorrente que a pregoeira, durante a condução do certame, teria se omitido ao não diligenciar junto à RECORRIDA para elucidar supostas irregularidades no balanço patrimonial.

Ressalte-se, por oportuno, que houve diligência por parte da pregoeira, entretanto, que a alegação não procede, pois foi realizada diligência no decorrer da sessão, conforme Relatório de Diligência (0064847994), conforme previsto no art. 64 da Lei nº 14.133/21, que confere ao pregoeiro a competência para solicitar esclarecimentos e complementações de documentos, de modo a garantir a lisura e a regularidade do certame.

Durante a sessão, ao identificar dúvida quanto à documentação apresentada, a pregoeira solicitou especificamente a apresentação da alteração contratual que formalizou a modificação do capital social, devidamente registrada na Junta Comercial. Tal medida demonstra que a pregoeira agiu com diligência, cautela e observância dos princípios da legalidade, moralidade e eficiência, zelando pela regularidade do procedimento licitatório.

Portanto, não há que se falar em omissão ou falta de zelo por parte da pregoeira, uma vez que foram adotadas todas as providências necessárias para esclarecer eventuais indícios de irregularidades, garantindo-se a correta análise dos documentos de habilitação e a segurança jurídica do certame.

Em reanálise aos documentos apresentados pela Recorrida, verificou-se que o Balanço

Patrimonial referente ao exercício de 2024 não possuía código de verificação, constando apenas o número de protocolo: PROTOCOLO: 250255456 DE 23/05/2025 (pág. 131, id 0063792040), protocolado junto à Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER. Tal situação gerou questionamentos quanto à validade e à autenticidade do documento apresentado.

Diante disso, esta Superintendência Estadual de Licitações realizou diligência junto à JUCER em 09 de setembro de 2025, por meio do Ofício nº 5700/2025/SUPEL-COOBR (0064020732), a fim de averiguar a autenticidade, validade e registro dos Balanços Patrimoniais da empresa referentes aos exercícios de 2023 e 2024. A JUCER respondeu em 11 de setembro de 2025, através do Ofício nº 1380/2025/JUCER-GAB (0064292663), informando que a empresa SOLIMÕES LTDA possuía registro apenas do Balanço Patrimonial de 2023, não havendo registro do exercício de 2024, embora o documento tenha sido protocolado.

O item 12.14.1 do Edital estabelece expressamente que:

*“Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, **devidamente autenticado ou registrado no órgão competente**, para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de 10% (dez por cento) do valor estimado do item/lote que o licitante estiver participando.”*

Observa-se que o documento apresentado pela Recorrida não atende às formalidades legais previstas no **Código Civil** nem às exigências do Edital, uma vez que **o Balanço Patrimonial de 2024 não se encontra registrado na Junta Comercial**, requisito indispensável para validação e aferição da qualificação econômico-financeira.

Portanto, considerando a vinculação obrigatória ao Instrumento Convocatório e a necessidade de cumprimento rigoroso dos critérios de habilitação, **decido INABILITAR a empresa SOLIMÕES LTDA**, por descumprimento do item 12.14.1 do Edital.

Diante disso, a decisão de inabilitação da recorrida não só reflete o cumprimento da legislação, mas também reafirma o compromisso com a justiça e a equidade nas licitações públicas. A apresentação posteriormente de novos documentos comprometeria a equidade do processo licitatório e a integridade das regras estabelecidas, justificando, assim, a adoção de sanções severas para assegurar a conformidade e a transparência necessárias.

Por conseguinte, o exercício do princípio da autotutela, por parte desta pregoeira, é medida que se impõem, pois estabelece que a Administração Pública detém o poder de controlar seus próprios atos, podendo anulá-los quando ilegais ou revogá-los quando inconvenientes ou inoportunos. Assim, a Administração não precisa recorrer ao Poder Judiciário para corrigir seus atos, sendo capaz de realizar essa correção diretamente.

Tal princípio possui previsão em duas súmulas do STF, a 346, que estabelece que “A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos”, e 473, que dispõe o seguinte:

Súmula nº 473:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

E ainda, conforme consta no art. 53 da Lei 9.784/99:

“A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Nesse contexto, a autotutela envolve dois aspectos da atuação administrativa:

a) legalidade: em relação ao qual a Administração procede, de ofício ou por provocação, a anulação de atos ilegais; e

b) mérito: em que reexamina atos anteriores quanto à conveniência e oportunidade de sua manutenção ou desfazimento (revogação).

Quanto ao aspecto da legalidade, conforme consta na Lei 9.784/99, a Administração deve anular seus próprios atos, quando possuírem alguma ilegalidade. Trata-se, portanto, de um poder-dever, ou seja, uma obrigação. Dessa forma, o controle de legalidade, em decorrência da autotutela, pode ser realizado independentemente de provocação, pois se trata de um poder-dever de ofício da Administração.

Quanto aos argumentos apresentados pelas recorrentes, trouxeram ensejos suficientemente razoáveis, sendo os mesmos suficiente para motivar a reformulação da decisão proferida pela Pregoeira exarada anteriormente no certame em epígrafe.

Consequentemente, é notório que há a necessidade de revisão dos atos realizados em virtude do motivo cabal de nulidade ou convalidação do ato praticado, pois conforme demonstrado e justificado no mérito, a recorrida NÃO atende à exigência editalícia.

Ancorada nos fatos e nos fundamentos supramencionados, prologo a decisão abaixo.

VI - DA DECISÃO

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, esta Pregoeira, consubstanciada pela documentação anexada aos autos, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, opina pelos recebimentos dos pedidos ora formulados, considerando-os **TEMPESTIVOS**, e no mérito, analisou as questões pontualmente, para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol de princípios como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, supremacia do interesse público, probidade administrativa, igualdade, transparência, eficácia, motivação, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, economicidade, desenvolvimento nacional sustentável, vinculação ao edital e julgamento objetivo, julga-se: **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa **P. H. B. MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI EPP**, referente aos itens 01, 02, 06, 08 e 09. Reformando-se a decisão que habilitou a empresa **SOLIMÕES LTDA** nos referidos itens.

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

ROSEANNA NASCIMENTO ALVES DA SILVA
Pregoeira da 1ª Comissão Genérica - SUPEL-COGEN1
Portaria nº 230 de 17 de setembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Roseanna Nascimento Alves da Silva**, **Pregoeiro(a)**, em 06/10/2025, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0064343692** e o código CRC **96881CF3**.

Referência: Caso responda este(a) Termo, indicar expressamente o Processo nº 0037.005398/2024-39

SEI nº 0064343692